



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Título: A Pesquisa como prática no ensino de Relações Públicas: Caso Polícia Militar de Bauru¹

Autora: Célia Maria Retz Godoy dos Santos

Unidade: Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” Unesp – Bauru

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação.

Resumo: O estudo procura contribuir para o ensino de Relações Públicas focando a participação dos alunos em pesquisas de opinião junto à comunidade. Assim, desenvolvendo pesquisas sobre a atuação da Polícia Militar de Bauru na opinião da população bauruense, recoloca-se em discussão o papel das atividades acadêmicas inter-relacionadas com as atividades de extensão para promover: melhor compreensão dos futuros profissionais sobre a dinâmica sócio-cultural dos aglomerados urbanos e dos setores público e privado; ampliação da sensibilidade dos alunos por meio de experiências diretas; sedimentação do processo de aprendizagem durante a jornada intelectual do aluno a partir da inserção de um espaço para ações organizadas; conscientização e valorização da pesquisa de opinião como instrumental importante nas atividades de Relações Públicas e reflexão sobre o papel do profissional de Relações Públicas como interventor na construção das identidades dos públicos e na ampliação da cidadania.

Palavras-Chave: Pesquisa de opinião; Relações Públicas; Gestão pública.

Contexto

A pesquisa como interface para as ações de conscientização da **cidadania** tem ganhado espaço na administração pública. Poderia ser utilizada, e seria muito bom se fosse, como instrumento de gestão – para conhecer a demanda e a avaliação dos serviços, dos problemas, das prioridades e das necessidades das comunidades. Seria excelente se o cidadão pudesse acompanhar de forma sistemática os serviços que utiliza, não somente por meio das poucas representações, mas garantindo uma representatividade efetiva da população na avaliação e no acompanhamento destes serviços.

¹ Trabalho apresentado no NP05 – Núcleo de Pesquisa Relações Públicas e Comunicação Organizacional, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



No Brasil, não há, de forma consistente, uma cultura de pesquisa de opinião entre os governantes e as administrações públicas. Não existe a tradição de se ouvir o cidadão. No entanto, a pesquisa de opinião pode ser conclusiva a ponto de indicar os caminhos para a valorização humana oferecendo, inclusive, uma opção às políticas públicas.

Seria importante que a pesquisa de opinião fosse uma atitude cotidiana nas organizações públicas, tanto no sentido de cultivar uma consciência crítica nos administradores e no público interno, quanto na inserção de uma postura na sociedade de questionar e participar, alimentando a **cidadania**.

Também as crescentes modificações nas estruturas sociais das metrópoles - de industrial para cultural – deslocam o foco das relações de produção para a produção de relações, ou seja, passam a valorizar o ser humano e a sua responsabilização enquanto grupo e indivíduo, o que vem ampliar o “valor” da opinião dos públicos.

Por outro lado, também os meios de comunicação têm aumentado as discussões junto à arena política expandindo a consciência dos direitos junto aos cidadãos, orientando sobre os bens públicos - quer diante do Estado ou dos particulares -, produzindo uma inflexão em termos do usuário, consumidor ou contribuinte, até então não praticada para se definir as demandas públicas.

Ademais, mesmo que indiretamente, o público tem participado de cenas deliberativas, uma vez que os debates no espaço midiático têm apresentado a diversidade das opiniões sociais, focando vários assuntos polêmicos que se traduzem na “opinião pública”.

Entretanto, a maioria dos procedimentos regulares de medição - consultas, sondagens sistematizadas e as pesquisas de opinião - é realizada apenas em épocas eleitorais, com fins políticos para antecipar possíveis comportamentos dos indivíduos em relação ao voto. Não se percebe a utilização das mesmas como forma de identificar os anseios e desejos da população, ou ainda, como forma de expansão da cidadania.

O objetivo desse trabalho é desenvolver pesquisas de opinião com os alunos de Relações Públicas na avaliação de serviços e entidades públicas, pretendendo demonstrar que este procedimento é eficaz para a ampliar: a cultura ou o “habito” de



pesquisa nas instituições públicas por meio das parcerias com as Universidades; a conscientização cidadã quando se divulga e socializa os resultados; a ativação dos meios de comunicação para determinadas tendências divergentes; o processo de formação da competência do aluno de Relações Públicas; e o questionamento reconstrutivo necessário para a auto-educação do futuro profissional.

A experiência aqui relatada é sobre uma pesquisa de opinião que avaliou os serviços e a imagem da Polícia Militar de Bauru. Foi executada em conjunto com os alunos de Relações Públicas, pretendendo ampliar a boa qualidade no processo de construção e socialização do conhecimento desses.

No espaço acadêmico da Universidade, esse tipo de trabalho, que envolve a participação voluntária, raramente pode ser estendido a todos os alunos, pois ninguém é obrigado a colaborar e é a participação que traz a responsabilidade que, por sua vez, caracteriza os organismos modernos.

Daí, a importância de se incentivar a participação dos estudantes universitários por meio de mecanismos que desenvolvam a capacidade social e humana do indivíduo. O aprendizado, que deveria ser um dos vários componentes na socialização do indivíduo ajudando a formar pessoas mais seguras no trato social, por vezes, tem se dedicado apenas à transmissão de uma grande quantidade de informações. E o ensino, nas sociedades democráticas - na qual se prega a força da maioria -, é uma contradição: ao mesmo tempo em que se valoriza a autonomia do indivíduo, oprime-o pela vontade da maioria. Observamos, então, a importância da liberdade no âmbito cultural para uma sociedade.

Vejamos, por exemplo, a evolução da humanidade pela experiência. Na Idade Média, havia muita religiosidade, o mundo era visto como “divino” e os homens se sentiam abrigados na Terra. Havia uma consciência de grupo. A razão humana amadurece e passa a vigorar a consciência. O homem deixa de se satisfazer com explicações divinas, quer conhecer o mundo por meio de explicações racionais. A escola, que antigamente era a própria vida, passa ser necessária como instituição para que cada “eu”



possa desenvolver sua individualidade, ou seja, sua consciência própria. O Estado, a partir da Revolução Francesa, passa a usar a educação para formar “bons cidadãos” e assim, o movimento do ensino formal em escolas é tirado da igreja. Napoleão é quem inicia o controle das escolas pelo Estado que perdura até hoje. Os Estados, cada um com seus objetivos, dirigem a educação conforme seus interesses.

Com a tendência à globalização, a educação é “vendida” como mais um produto mercadológico. Aldous Huxley leva isso às últimas consequências no seu livro “Admirável Mundo Novo”, em que o homem é manipulado pelo Estado de acordo com a função que vai exercer na vida adulta. “O que vamos precisar mais tarde?” Essa é uma pergunta errada quando se trata de ensino, pois neste caso estaríamos adequando o ser humano às necessidades das comunidades e não vice-versa. O que causou essa postura foi o desenvolvimento das ciências naturais e a visão materialista. Será que as ciências podem dar diretrizes para educar o ser humano? Elas podem dar diretrizes à tecnologia?

É óbvio que um dos âmbitos da pedagogia é a compreensão do mundo, uma questão cultural. Mas dessa compreensão do mundo, nasce a compreensão de si próprio. O segundo âmbito é colocar o homem dentro do mundo para a liberdade. Ser livre é ser ativo a partir do íntimo de si próprio e não a partir de necessidades externas.

No momento em que o homem é livre, cessa a pedagogia e a educação passa a ser auto-educação. A escola deve educar o homem até o ponto em que ele saiba se educar sozinho. Portanto, se estamos preocupados em desenvolver individualidades então onde é que se aprende o social?

O jovem chega à universidade sem ter uma noção do social tão boa quanto tem nas outras áreas de conhecimento, cabe ao educador ensinar também este aspecto, além de auxiliar o aluno a se aprofundar na matéria e a se auto-educar.

Especialmente na profissão de Relações públicas na qual o profissional deverá estar habilitado a transitar livremente no sistema empresarial e público - ampliando as técnicas de aceitação social e integração nas organizações, facilitando a comunicação entre os públicos envolvidos, apresentando soluções dos problemas



detectados, criando estímulos para participação e integração dos públicos internos e promovendo a auto-gestão - este processo de auto-educação é muito importante.

Atualmente, com as modificações na área organizacional em busca de maior eficiência, carreadas pela informatização, participação efetiva dos públicos e até atuação sindical dos assalariados, os profissionais de Relações Públicas devem promover uma abertura para várias estratégias procurando romper com as formas de exclusão social e apresentado possibilidades concretas de emancipação humana.

Assim, começa surgir uma nova consciência, de que a cidadania relaciona-se com as condições de trabalho, produtividade, qualidade do meio ambiente e de vida e com ela uma oportunidade inédita para os profissionais de Relações Públicas enriquecerem suas atividades, renovando desafios e colaborando com a valorização das pessoas.

Pretendemos nesse trabalho:

- Analisar o conjunto de técnicas, diretivas ou não, utilizadas nos diversos tipos de pesquisas oferecidas na disciplina Teoria e Pesquisa de Opinião Pública;
- Organizar um processo ou dinâmica de pesquisa de opinião para o profissional de Relações Públicas efetuar levantamentos junto a organizações públicas que sirvam de espaços para apresentação e resolução de problemas.
- Executar “Pesquisas de Opinião”, em conjunto com os alunos de Relações Públicas da Unesp de Bauru, para avaliar em campos experimentais, as intervenções realizadas, as ações e os resultados produzidos pelo levantamento da opinião dos públicos no âmbito dos alunos do curso.

O estudo será apresentado em dois tópicos: **o caso Polícia Militar de Bauru**, no qual apresentaremos alguns aspectos da pesquisa realizada com os alunos do quinto termo de Relações Públicas, no ano de 2001, abordando os procedimentos metodológicos, as considerações gerais e aplicações decorrentes; e as **propostas em**



desenvolvimento, que são relatos de projetos em andamento neste ano de 2002, originários de novas parcerias com instituições públicas, acertadas a partir da comprovação da eficiência dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos de Relações Públicas em outras ocasiões.

1 - O estudo de caso Polícia Militar de Bauru - 2001

No ensino de Relações Públicas, a disciplina de Teoria e Pesquisa de Opinião Pública tem como conteúdo um programa responsável para a instrumentalização do aluno na área de pesquisa. É claro que muitas vezes o professor não tem condições de se estender além das aulas meramente expositivas ou se limita a algumas simulações de situações nos exercícios extraclasse.

A Universidade, não é um lugar qualquer. Estamos em uma instituição educacional, cuja principal tarefa é servir à sociedade, construindo e socializando a cultura, formando profissionais competentes e criativos. Essa ação de transmissão, manutenção, transformação e construção de saberes e valores só será garantida se os envolvidos puderem, de verdade, fazer parte do processo.

Neste sentido, procurando desenvolver um processo efetivamente participativo durante as aulas de Teoria e Pesquisa de Opinião Pública, instituiu-se como prática de pesquisas atividades de extensão à comunidade.

O mote dos trabalhos durante vários anos tem sido a aplicação de pesquisas de opinião, sobre os mais variados temas, escolhidos pelos próprios alunos, sem muita preocupação com a quantidade e a significância amostral das experiências, visto que o objetivo se restringia ao exercício da disciplina e não à utilização efetiva dos dados levantados. Ademais, a escolha das temáticas a serem abordadas nos levantamentos e das definições dos universos nas pesquisas eram decorrentes de interesses particulares – cada grupo de aluno escolhia seu foco de interesses e o segmento de público que gostaria de abordar durante a aplicação da pesquisa-exercício da disciplina -, não havia espaço para reflexões mais aprofundadas, tanto sobre a qualidade formal da pesquisa como sobre a qualidade política da mesma.



Foi possível observar, nesta dinâmica de ensino, que à medida em que os grupos se interessavam pelos seus respectivos temas e instituições nas quais estavam desenvolvendo as pesquisas, se distanciavam das discussões coletivas em sala de aula. A diversidade de assuntos e a falta de um espaço para se refletir sobre as diferentes metodologias de pesquisas acabaram carreando pesquisas sem qualidade política, superficiais e sem utilidade prática - baixa significância amostral. A reflexão teórico-prática também ficou prejudicada, pois as experiências dos grupos não eram socializadas entre os demais.

Assim, desde 1996, iniciamos uma experiência com a classe toda (cinquenta alunos) desenvolvendo pesquisas sobre um ou dois temas em cada semestre. Ao longo desses anos, foram diversas as temáticas abordadas focando em inúmeras instituições. Devido ao número de envolvidos, para facilitar a operacionalização, cada grupo se responsabilizou por um segmento de público conforme sua preferência e seus níveis de aproveitamento e ritmo, o que possibilitou maior amplitude nas discussões coletivas e no entrosamento da classe.

No entanto, aprendemos com as experiências. Percebemos que não eram todos os grupos que se desenvolviam satisfatoriamente. A motivação para o trabalho decorria do interesse do grupo pelo tema, o que na maioria das vezes, não agradava a todos. Também o número excessivo de alunos trabalhando na mesma pesquisa promovia muitas dificuldades de coordenação. Por exemplo, como reunir todos para elaborar categorias de análises de questões abertas ou para a montagem dos questionários?

A título de ensaio, procuramos coletar as solicitações ou demandas para pesquisas de opinião dos órgãos públicos em Bauru e passamos a oferecer os trabalhos em classe respeitando as escolhas dos alunos e montando grupos conforme os interesses destes. Entendemos que essa disciplina, mesmo fazendo parte da formação profissional do Relações Públicas, deve respeitar a opção do aluno. A escolha da área que ele irá atuar, ou ainda, da pesquisa que gostaria de desenvolver é um componente crucial no processo de formação e competência desse.



De início, percebemos que grupos com interesses mais homogêneos privilegiavam uma melhor articulação entre os membros e começavam a desenvolver o questionamento reconstutivo - que implica em trabalhar as matérias ministradas com maior profundidade procurando interpretar e compreender as situações enfrentadas na prática a partir da teoria.

O estudo de caso Polícia Militar de Bauru iniciou-se em 1996, atendendo a uma solicitação do Comando de Policiamento da cidade de Bauru - CP/I-9 -, para realizar uma pesquisa de opinião junto à população bauruense no sentido de se avaliar os serviços prestados por esta instituição, tendo em vista a recente implantação do conceito de policiamento comunitário em suas atividades.

Os resultados obtidos nessa avaliação foram utilizados para direcionar ou adequar as ações da Polícia Militar, com a finalidade de promover a excelência na prestação de serviços e a integração da população, pois o mote principal do conceito de “polícia comunitária” é o de que as estratégias para prevenção e redução do crime devem focalizar as necessidades particulares de cada comunidade. O processo de mudança começou, ainda no mesmo ano de 1996, com algumas tentativas de transformar a relação entre a polícia e a comunidade.

Em 2001, mais uma vez, essa organização solicitou a execução de uma pesquisa de opinião pública para poder acompanhar a visão da população sobre a transformação do modelo de polícia.

Diante disso, pudemos perceber que o trabalho realizado pelos alunos em 1996, teve retorno junto ao comando desta instituição, tanto que fomos novamente contatados para coordenar uma nova pesquisa de opinião.

A importância da pesquisa de opinião na avaliação de um órgão público como a Polícia Militar é indiscutível, tanto no que se refere à expansão de benefícios, definindo as diretrizes e estratégias organizacionais, como para uma real adequação do atual texto constitucional (os direitos e benefícios garantidos) à capacidade estrutural deste órgão estadual.



Assim, uma avaliação popular sobre o desempenho da Polícia Militar e os serviços de segurança na cidade, traz para a discussão o dilema dos setores públicos e privados quanto a seu papel na área social, um tema que envolve a questão da violência urbana e reestruturação dos serviços providos pelo Estado. Os enfoques atuais de reforma do setor público depositam uma grande fé nas ações do “usuário” ou da “população” que usufrui destes serviços. Essa mudança da atenção para a população, nos serviços de segurança, representa uma clara melhoria em relação a períodos anteriores, de quase total desinteresse dos planejadores públicos pelo que os cidadãos pensavam e queriam.

A pesquisa de opinião pública apresenta dados que avaliam os serviços prestados a população, para que a Polícia Militar possa ser mais sensível e trabalhar mais próxima a esses usuários, inclusive para que se estabeleça um contexto mais amplo de relações de confiança entre a instituição e a comunidade. O policiamento comunitário está posto nas regras de patrulhamento, nas formas de cooperação com os moradores, na descentralização do comando por área, no planejamento, treinamento e recrutamento de “policiais de serviços” que atendem a população, e especialmente, baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar ou resolver os problemas que mais incomodam na área.

A função de uma pesquisa - além do conjunto de dados fornecidos aos responsáveis, para monitorar as forças do ambiente na qual a instituição está inserida e da necessidade de se aprender sobre o desejo mutante dos cidadãos - é fornecer um *feedback* da população sobre o desempenho, as responsabilidades e credibilidade na instituição.

A pesquisa, desenvolvida numa parceria entre a Unesp e a Polícia Militar em junho de 2001, abrangeu toda a cidade de Bauru e os resultados foram sistematizados em um relatório que reuniu os diferentes problemas e anseios da população.



1.1 Metodologia da pesquisa

A pesquisa realizada foi descritiva quantitativa, por meio da técnica de observação direta extensiva. Iniciou-se com um estudo exploratório, junto aos comandantes das Companhias de Bauru (quatro), com a finalidade de se conhecer o universo de trabalho, suas características e as demandas de serviços. A setorização utilizada na divisão da cidade se deu tendo como base os parâmetros utilizados pelas próprias Companhias da Polícia Militar.

A determinada como população-alvo todas as pessoas residentes na zona urbana de Bauru. Após o levantamento dos mapas das áreas que compreendiam a cidade - dividida em cinco setores -, realizou-se a verificação de campo em todas elas para detectar a densidade de residências por região.

A amostragem foi estratificada por zonas geográficas ou áreas homogêneas da cidade (nível socioeconômico), com cotas estipuladas *à priori* quanto ao gênero e faixa etária dos entrevistados. A estratificação foi proporcional em relação à densidade de moradores de cada área (zonas pré-estabelecidas), método que tem como característica primordial poder ser submetido a tratamento estatístico, compensando os erros amostrais e outros aspectos relevantes para a representatividade e significância da amostra. A escolha do quarteirão ou quadra onde se realizou a coleta foi sistemática e a definição da unidade amostral (a pessoa a ser entrevistada) na residência foi segundo as cotas previamente determinadas quanto ao gênero e faixa etária, optando-se sempre por residentes maiores de 16 anos.

Foi estabelecida uma ponderação *à priori*, ou seja, uma cota determinada quanto: ao sexo (50% de gênero masculino e 50% feminino) e faixa etária dos respondentes (30% de 16 a 25 anos, 40% de 26 a 46 anos e 30% de 47 anos ou mais). Quanto ao grau de instrução dos entrevistados e nível econômico (utilizou-se à renda familiar em salários mínimos) estabeleceu-se uma categorização somente para efetuar os cruzamentos dos dados.

Para os resultados gerais, com uma amostra de 627 elementos, o erro estimado foi $\pm 4\%$. Este cálculo teve como base a confiabilidade de 95,5 %, sendo que trabalhamos com $p=q$, ou seja, foram utilizados procedimentos na elaboração da



amostra como se o universo fosse o mais heterogêneo possível. Já nos resultados setoriais o erro variou dependendo do setor.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário indireto, com o auxílio de entrevistador, visto que a pesquisa abordou um público muito heterogêneo quanto ao nível de escolaridade e diferenças econômicas e sociais e a presença de um aplicador proporcionou melhor desempenho na coleta das informações.

No mês de maio de 2001, realizou-se o pré-teste do instrumental a ser aplicado na população. Este passou por várias reestruturações até sua versão final com 36 perguntas fechadas, e 13 perguntas abertas. Várias questões foram subdivididas o que resultou em uma ampliação dos dados para 91 itens ou questionamentos.

O trabalho de campo foi realizado tendo como entrevistadores os próprios alunos soldados do 4º Batalhão da Polícia Militar (50), sob a supervisão dos alunos (quinze) do 5º termo de Relações Públicas da Unesp, os mesmos que elaboraram e executaram todas as fases da pesquisa durante o desenvolvimento das atividades da disciplina de Teoria e Pesquisa de Opinião. Antecedeu ao trabalho de campo o planejamento logístico e operacional e o preparo dos entrevistadores com simulações de campo e orientações específicas quanto aos procedimentos durante a aplicação dos questionários. Além das instruções, foram distribuídas as cotas e área que coube a cada entrevistador.

O trabalho de coleta de dados foi assessorado pelos alunos de Relações Públicas que também atuaram como supervisores de campo, se encarregaram do controle interno (codificação, crítica e consistência das informações) e realizaram a fiscalização dos dados levantados.

Os setores foram subdivididos entre esses alunos conforme sua extensão, estipulando uma cota equilibrada entre eles, de modo que a programação de campo pudesse ser cumprida dentro de um prazo determinado. Os soldados que atuaram como entrevistadores foram agrupados de acordo com o supervisor (aluno de Relações Públicas) com quem iriam trabalhar.



Conforme a extensão do setor variava o número de pesquisadores que iriam realizar a coleta.

Definidos os grupos, reunidos os supervisores e pesquisadores, distribuídos os mapas contendo a área e os quarteirões delimitados para cada entrevistador, os manuais e os envelopes com a quantidade de questionários necessários, o trabalho de campo se realizou no dia 23 de junho de 2001. O transporte e traslado dos entrevistadores e supervisores, nos horários pré-fixados, assim como o lanche no campo ficou sob a responsabilidade do Comandante Coronel Wellington Luiz Dorian Venezian da 3^a. Companhia da Polícia Militar de Bauru.

O questionário, depois de aplicado, passou por um processo de análise das informações. Para as questões fechadas os códigos foram pré-estabelecidos no próprio instrumental, seguindo os números das alternativas. Para cada questão aberta foram estabelecidas categorias nas quais procurou-se agrupar as respostas similares ou iguais. O grupo de alunos se reuniu várias vezes para definir as categorias e após a checagem, os questionários foram codificados e digitados em uma planilha e, então, encaminhados os dados ao 4^o batalhão da Polícia Militar que se responsabilizou pela tabulação e representação gráfica dos mesmos.

A tabulação foi realizada por área ou setor para facilitar a análise pelas quatro Companhias da Polícia Militar.

A maior limitação operacional foi quanto à tabulação, pois por estarmos trabalhando com pessoas sem vivência neste tipo de trabalho, ocorreram limitações como: falta de tempo dos profissionais de informática para instruir e auxiliar os alunos de Relações Públicas; dificuldade na montagem da planilha, demora na digitação dos dados, atraso no estabelecimento das categorias das perguntas abertas e digitação dos códigos, problemas técnicos nos computadores e outros fatores que não prejudicaram ou comprometeram os resultados da pesquisa, mas adiaram a sua finalização.



Os resultados foram dispostos em tabelas e em representações gráficas e se convergiram em torno de três eixos fundamentais: a **necessidade de se recuperar a inteligência e a capacidade de investigação** da polícia (melhores equipamentos, mais instrução e capacitação do soldado, mais apoio financeiro e material); **a integração entre os órgãos de segurança pública** na prevenção e na repressão do delito (apoio do judiciário no cumprimento a leis, da polícia civil, de entidades educacionais de menores, contra drogas e outras correlacionadas); e **aproximação entre a polícia e cidadãos** mediante o policiamento comunitário.

1.2 – A divulgação dos resultados

Depois de discutidos e apresentados a Polícia Militar, os resultados foram socializados com comunidade num evento que se denominou - **PM em foco: Unesp pesquisa a opinião bauruense**. Esse foi desenvolvido em conjunto com os alunos, contou com a participação dos comandantes da Polícia Militar, professores, representantes da população (vereadores e presidentes das Associações de Moradores) e imprensa local.

A repercussão do evento desencadeou entrevistas na televisão – na rede Globo no espaço do Jornal Regional e na tevê Câmara em um programa especial promovendo um debate com os palestrantes do evento –, nas emissoras de rádio - em especial, em programas na Rádio Unesp - e em artigos em jornais impressos. O trabalho também foi apresentado em grupos de estudos e eventos que discutiam a temática como, por exemplo, a VI Jornada Interdisciplinar: identidade e Alteridade no Brasil Contemporâneo.

A partir dos resultados, os alunos desenvolveram propostas e estratégias de comunicação para a instituição, Polícia Militar de Bauru, e coordenaram as atividades



de redação e elaboração de um relatório que condensou dados da experiência, o qual foi enviado como “Case de Relações Públicas” num evento nacional sobre estudos de comunicação.

2.- Propostas em desenvolvimento

Em decorrência dos trabalhos que temos desenvolvido junto à comunidade nesta disciplina, a cada ano que passa temos mais solicitações para efetuar pesquisas de opinião. Assim, no ano de 2002, estamos desenvolvendo várias. Um trabalho para a Secretaria Municipal de Saúde de Bauru para identificar as condições socioeconômicas da comunidade que utiliza os Núcleos de Saúde, ampliando os diagnósticos das necessidades, especialmente dos Conselhos Gestores que atuam como canais junto às Unidades Básicas e Integradas do Município de Bauru.

Estamos executando também pesquisa de opinião para a Secretaria Municipal do Planejamento, em diversos segmentos de públicos que utilizam um determinado espaço - duas avenidas e uma praça - procurando definir um conjunto de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de ações, procedimentos e projetos que serão aplicados nestes locais. O objetivo é criar um sistema que busque melhorar a qualidade de atuação dos grupos organizados e da comunidade em geral.

Em terceiro lugar, podemos citar a pesquisa de opinião que está sendo efetuada no ambiente da própria Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, pois estando alguns cursos – Arquitetura e Desenho Industrial - em vias de discussão dos projetos pedagógicos e se encaminhando para uma avaliação global dos mesmos, a necessidade de um levantamento sobre a opinião dos alunos é muito importante no processo.

Outros trabalhos também estão sendo desenvolvidos, compreendendo o sentido conceitual da extensão universitária, que não pode estar dissociada do ensino e da pesquisa, e respeitando as diversidades e complexidades dos aspectos da vida acadêmica.



CONSIDERAÇÕES

A sociedade de hoje está estruturada no pressuposto de que o indivíduo deve ser motivado a trabalhar para si, já que o ser humano é um ser egoísta, cabendo ao Estado a função de conter esse egoísmo. No entanto, a história tem nos mostrado que o Estado não tem dado conta desta função e, na prática, acaba sendo mais uma ferramenta para o egoísmo, o qual deveria controlar. Neste sentido, ele reforça e estimula a competição entre os indivíduos, fortalece o egocentrismo por meio de sua estrutura social, proporciona a ampliação das desigualdades sociais.

Também o sistema educacional, que fornece capacidades para profissionalização, está intimamente ligado com a organização do trabalho vigente no Estado e com o sistema de remuneração.

Vejamos então: a educação, do jardim ao nível universitário, é organizada em degraus, pois cada grau tem sua exigência, seu controle (exame de admissão, vestibulares, média de notas), seus estudos intermediários (cursinhos) e outras barreiras; o sistema de trabalho também é estruturado em princípios hierárquicos (diretor, operários, técnicos) com base em títulos e qualificações e o sistema salarial prevê escalas salariais e diferentes níveis de bonificações, conforme o grau de formação profissional, dando acesso a um determinado nível na estrutura de trabalho.

Todos esses aspectos são administrados, hoje em dia, de acordo com modelos e estruturas elitistas ou de justiça classista, contrastando, conforme Lex Bos (1997), aos sentimentos mais elementares de justiça e ao livre desenvolvimento da personalidade do indivíduo.

O mencionado triângulo – educação, trabalho e salário – fica “engessado” e as organizações petrificam. Os seres humanos tornam-se funcionários e o sistema de ensino torna-se um mero fornecedor de capacidade para o sistema de trabalho.

Podemos dizer que a vida econômica procura cada vez mais dominar o sistema educacional, não se aprende porque é bom, mas para se preencher os espaços criados pelo sistema de trabalho. Deste modo, os comportamentos anti-sociais têm origem no fato de que as pessoas que atuam na vida social não têm e não tiveram educação que desenvolvesse esta sensibilidade social.



Por este motivo, o educador ou aquele que ensina, deve também administrar o que ele vai ensinar, dar diretrizes, pois só é possível formar pessoas com sensibilidade social quando a educação é dirigida por pessoas que têm essa sensibilidade social.

A pesquisa de opinião desenvolve esse tipo de sensibilidade nos alunos, especialmente porque através de experiências diretas dá espaço para ações organizadas entre eles e os públicos com que se relacionam.

O Relações Públicas é tido como o profissional que deveria intermediar as relações sociais entre os públicos aparando as diferenças, o que é uma tarefa muito árdua nesta luta de poder oriunda do sistema capitalista. Utilizando-se da estratégia de se aplicar pesquisa de opinião foi possível perceber que, gradativamente, surgiram novos laços sociais, não só entre os participantes, mas também entre os alunos que desenvolveram os experimentos.

Por outro lado, a consciência individual de cada aluno passou a confrontar-se com novos aspectos da realidade, que antes não eram percebidos. Foi possível também detectar atos de conscientização sobre os vários assuntos abordados, tanto entre os alunos como entre os solicitantes da pesquisa, atos esses que ultrapassavam os círculos de amizades ou interesses imediatos.

Vale ressaltar que o importante mesmo não foi a adequação dos alunos ao mercado de trabalho, e sim o desenvolvimento próprio e a maturação apresentada pelos mesmos no sentido de “olhar com outros olhos” os problemas da sociedade e de um órgão público como a Polícia Militar.

É possível visualizar claramente, por meio de pesquisas, que a maioria dos problemas encontrados, se não todos, são decorrência da falta de comunicação entre os públicos e isto proporciona aos alunos uma visão mais abrangente do trabalho que o profissional de Relações Públicas deverá desenvolver.

Por outro lado, os alunos estudando e aplicando as pesquisas em equipes, realizando todas as atividades operacionais em colaboração, desenvolvem habilidades sociais. Durante o processo, o professor e o aluno tornam-se aliados, somando-se os esforços na aprendizagem



cooperativa. Isto contribui para que os alunos se tornem independentes e autônomos, verdadeiros auto-aprendizes.

Assim, *a priori*, podemos resumir alguns tópicos que este processo nos permitiu observar:

- O compartilhamento na responsabilidade pela aprendizagem da classe;
- Melhora na sensibilização social e no conjunto de atitudes coletivas dos alunos que participaram do processo das pesquisas;
- Ampliação de conhecimento e de interesse sobre os procedimentos utilizados;
- Desenvolvimento da auto-aprendizagem durante o processo;
- Reflexão conjunta durante a confecção do relatório de pesquisa;
- Aparecimento de decisões compartilhadas durante o desenvolvimento dos trabalhos e das atividades desenvolvidas para socializar os resultados da pesquisa;
- E apresentação para o aluno de opções reais para o que se segue após a formatura.

Logicamente, muitas falhas foram encontradas durante o desenvolvimento dos experimentos e a conscientização de algumas ações só foi percebida em alguns dos participantes, pelo curto espaço de tempo. No entanto, quanto aos alunos, esta mudança, no interesse e na perspectiva do profissional se estendeu a todos que participaram, mesmo que em diferentes níveis.

A par dessa experiência, pudemos observar que o interesse e a atenção na aula redobravam à medida que a atividade se desenrolava, sendo que foram realizadas outras ações decorrentes ou apoiadas na pesquisa como o evento para discussão dos resultados, apresentações em jornadas e grupos de estudos, e as discussões de propostas para a instituição Polícia Militar.

Portanto, se entendermos esta ação educacional numa dimensão prática, em outras palavras, em que grau os objetivos previamente estabelecidos foram alcançados,



podemos dizer que a aplicação da pesquisa de opinião é uma proposta realmente eficaz neste intento.

Por outro lado, fora esta concepção tecnicista, esta abordagem metodológica incentiva o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) libertando o sujeito de condicionamentos deterministas.

Podemos inferir ainda, que esses trabalhos se situam numa vertente político pedagógica, cujo interesse primordial é fazer com que as pessoas que estejam envolvidas direta ou indiretamente nesta ação educativa escrevam sua própria história e gerem suas próprias alternativas de ação.

Acredita-se que é um tipo de abordagem capaz de permitir ao aluno – pelo estabelecimento de uma consciência crítica - a possibilidade de imprimir direção à suas ações no contexto em que se situa, de acordo com os valores com os quais se comprometem.

A proposta também enfatiza, a todo o momento, o trabalho coletivo e o social, sendo que foi possível observar, durante a realização das pesquisas, na apresentação e partilha das experiências, às necessidades concretas dos alunos. Proporcionou a eles, novas formas de olhar as experiências dos outros, avançando no caminho de uma atuação mais competente e cidadã, sedimentando os conhecimentos teóricos desenvolvidos na disciplina.

Bibliografia

ARROYO, M. Reverendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In: Silva, T. T. (org.) Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre, Artes Médicas 1991, p. 163-216.

BOS, Lex (trad.) Bertalot, Marco. Outro enfoque para a questão do trabalho. Chão e Gente, 1997, Instituto de Economia Associativa, Botucatu, 23:7-9, Março.

BOURDIEU, P. Proposições para o ensino do futuro. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1986, 67(155): 152-169.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1996.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

- _____. Educar pela pesquisa. São Paulo: Autores Associados, 1997.
- KUNSCH, Margarida Maria K. (org.). Comunicação e educação: Caminhos cruzados. São Paulo: Loyola, 1986.
- _____ (org.) Obtendo resultados com Relações Públicas. São Paulo, Pioneira, 1997.
- MELO, José Marques de; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo; FADUL, Anamaria. O ensino de comunicação e os desafios da modernidade. São Paulo: ECA/USP. 1991.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.), Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.